



5240147



00135.229821/2025-67



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Diretoria de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua

Coordenação-Geral do Comitê intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua

ATA DA ASSEMBLEIA NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO CIAMP-RUA NACIONAL (2025-2027)

Brasília, na data da assinatura.

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, por meio da Plataforma virtual *Microsoft Teams*, realizou-se a Assembleia para Eleição dos representantes da sociedade civil e de movimentos sociais que comporão o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP-Rua Nacional), sob a Presidência do Coordenador-Geral do CIAMP-Rua Nacional, Anderson Lopes Miranda, e com o comparecimento de Charlene da Silva Borges, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Renan Vinícius Sotto Mayor de Oliveira, Defensor Público Federal da União; Nilton Policena, Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua Região Sul (MNLDPSR/RS); Laureci Elias Dias, Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua Regional São Paulo/Bahia (MNLDPSR/SP/BA); Alana Anselmo Carneiro, Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMMR); Rúbia Cristina de Jesus Silva, Movimento Nacional da População de Rua (MNPR Nacional); Maria Sueli Sobral Oliveira, Movimento Nacional da População de Rua do Estado da Bahia (MNPR/BA); Flávio Lino dos Santos da Silva, Movimento Nacional da População de Rua do Estado do Rio de Janeiro (MNPR/RJ); Wesley Snipes Correa da Mata, Associação Auxilium (AUX); Flaviana Ribeiro de Oliveira Jardelino, Associação Beneficente O Pequeno Nazareno; Kedney Graico Araújo da Consolação, Associação Brasileira de Redução de Danos (Aborda); Maria Irene Gerassi, Associação Grito dos Excluídos Continental; Manoel Torquato Carvalho de Souza, Associação Nacional Criança Não É De Rua; Elaine Lubarino de Jesus Maia, Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente (Projeto Axé); Carla Ferreira Cardoso, Fórum Nacional da População em Situação de Rua (FNPR); Cláudio da Rocha Santos, Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro (FPRUA/RIO); Márcia Cristina de Aguiar, Instituto Becei; Ana Paula Gomes Rios, Instituto LAR - Levante, Ande e Recomece; Leonildo José Monteiro Filho, Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua (INRUA); Ivone Maria Perassa, Pastoral Nacional do Povo de Rua; Pamella Cristina de Oliveira da Silva, Pretas Ruas; Sidnéia Bueno Marianno, Projeto Meninos e Meninas de Rua SBC; Diego Bezerra Alves, Rede Cidadã. Além disto, participaram pelo pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Antônio Cardoso de Sousa Neto e Manuella Martins da Silva, pela equipe da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), e Rosane Farias Silva, Apoio Administrativo do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP-Rua Nacional), que secretariou a reunião.

Foi realizada uma saudação inicial pelos membros da Comissão eleitoral, tendo havido falas da senhora Charlene da Silva Borges, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); e dos senhores Renan Vinícius Sotto Mayor de Oliveira, Defensor Público Federal da União; e do Anderson Lopes Miranda, Coordenador-Geral do CIAMP-Rua Nacional sobre a condução dos trabalhos da comissão eleitoral. Foram realizados agradecimentos às participações das entidades da sociedade civil e dos movimentos sociais habilitados, e aos trabalhadores envolvidos, além de ter sido enaltecida a importância da realização da eleição. O Presidente reforçou o compromisso da comissão em realizar um processo transparente, digno e de qualidade. Foi mencionada a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 976, a qual precisa ser cumprida, e foi reforçada a importância do CIAMP-Rua Nacional na discussão da pauta. Ressaltou-se o compromisso do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania na escuta da sociedade civil.

O Presidente apresentou o horário da Assembleia, de 09h às 12h. Informou que o processo eleitoral seria realizado de forma virtual e que a Ata da Assembleia será produzida e divulgada no site do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Após, passou a palavra às representações dos movimentos sociais.

Nilton Policena, Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua Região Sul (MNLDPSR/RS) apresentou-se, falou do surgimento e propósito do Movimento, formado por pessoas com trajetória de rua, militantes, apoiadores e companheiros de caminhada. Destacou a situação enfrentada no Rio Grande do Sul com as enchentes, e mais uma vez a população em situação de rua foi a primeira a ser atingida e a última a ser lembrada. Lutam por políticas públicas, moradia e direitos.

Laureci Elias Dias, Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua Regional São Paulo/Bahia (MNLDPSR/SP/BA) mencionou que estão em momento de muitas dificuldades, com muitas mortes, chacinas, e que a bandeira do movimento foi levantada para fortalecer a luta da população em situação de rua. Destacou que seu nome de luta é Laura Dias.

Passou-se a palavra à senhora Alana Anselmo Carneiro, Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), que não respondeu.

Rúbia Cristina de Jesus Silva, Movimento Nacional da População de Rua (MNPR Nacional) mencionou que tem muita alegria de concorrer novamente a vaga no CIAMP-RUA Nacional para poder representar a população em situação de rua, e aprender com o colegiado. Falou que é muito importante defender os movimentos e espera que o Comitê avance mais do que já avançaram nestes últimos 2 (dois) anos.

Maria Sueli Sobral Oliveira, Movimento Nacional da População de Rua do Estado da Bahia (MNPR/BA) ressaltou a fundação do movimento no estado da Bahia no ano de 2010, que trabalha com vários debates, entre eles, moradia, violência policial, assistência social. Destaca que a partir de 2023 tiveram muitos avanços no CIAMP-Rua Nacional e destacou a criação da Comissão Permanente de Mulheres, Raça e Gênero, com uma coordenação coletiva entre as mulheres que compõem o biênio 2023-2025. Falou da importância do fortalecimento dos Comitês regionais. Agradeceu a todos.

O Presidente consultou à Comissão Eleitoral sobre um pedido de manifestação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), e questionou se seria possível. Renan Vinícius Sotto Mayor de Oliveira disse que não teria problema, mas ressaltou que todos os recursos já foram debatidos. Charlene da Silva Borges, ausente. O Presidente mencionou que foi solicitado uma manifestação do Sr. Darcy Costa. Anderson Lopes Miranda passou a palavra para Darcy.

Darcy Costa saúda todos os presentes e destaca que foi incumbido para trazer uma situação que foi discutida no âmbito da Coordenação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Falou que a participação do movimento nesta eleição se deu de forma democrática, a partir de uma reunião da Coordenação Nacional que foi deliberado as inscrições da regional do Estado da Bahia, com a indicação da representação de Maria Sueli Sobral Oliveira e Bruno Donato dos Santos, como titular e suplente, respectivamente; e no estado do Rio Grande do Sul, Edisson José Souza Campos e Rúbia Cristina, titular e suplente, e que tiveram um surpresa com a habilitação da região sudeste, com Flávio Lino dos Santos da Silva e Alcione Cristina Souza

Bastos. Destaca que a Coordenadora do Estado do Rio de Janeiro, Maralice dos Santos, não apresentou as indicações na reunião da Coordenação Nacional. Frisou que a Coordenação Nacional deseja confirmar seus representantes, titulares e suplentes, do Estado da Bahia, do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado do Rio de Janeiro.

Anderson Lopes Miranda destaca que foi respeitado o rito do processo eleitoral, e que as inscrições foram analisadas juridicamente, e dentro do CIAMP-Rua Ncional os assentos são das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, que são livres para designar seus representantes, e que os acordos são feitos no âmbito das organizações.

Renan Vinícius Sotto Mayor de Oliveira informa que todos os recursos foram analisados com calma, debatidos no âmbito da Comissão, e que no edital não tem a exigência de manifestação da Coordenação Nacional e que a inscrição do MNPR/RJ apresentou toda a documentação exigida nos moldes do edital, sem irregularidades formais ou materiais que justifiquem o indeferimento da inscrição. Destaca que o princípio da legalidade administrativa, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, impõe que a Administração Pública só pode agir conforme a lei e os regulamentos que a regem. Assim, inexistindo descumprimento dos requisitos do edital, a Comissão Eleitoral está vinculada ao edital, ressaltou que o edital não exigiu, em nenhum de seus dispositivos, a apresentação de ata ou manifestação da coordenação nacional do movimento como condição de legitimidade da candidatura. O instrumento normativo delimita a verificação de requisitos documentais e objetivos, voltados à comprovação da regularidade do movimento social candidato. Reafirmou que a Comissão eleitoral busca evitar futuras judicializações, e na visão jurídica, se a comissão desse provimento ao recurso do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), excluindo a inscrição do MNPR/RJ, o MNPR/RJ poderia judicializar e travar o processo eleitoral. Frisa que a comissão eleitoral já debateu essa questão, examinando o edital, sem análise de mérito, e que essa análise política é uma questão interna dos movimentos.

Charlene da Silva Borges acompanhou o entendimento da Comissão. O presidente da Comissão Eleitoral, Anderson Lopes Miranda, também acompanhou a decisão da Comissão Eleitoral.

Anderson Miranda deu sequência na apresentação dos movimentos sociais e chama o senhor Flávio Lino.

Flávio Lino dos Santos da Silva, Movimento Nacional da População de Rua do Estado do Rio de Janeiro (MNPR/RJ) parabeniza a condução do presidente da Comissão Eleitoral, Anderson Miranda, do Dr. Renan e da Dra. Charlene. Pediu para contextualizar sua posição referente à manifestação do MNPR, pois foi citado nominalmente. Renan Vinícius Sotto Mayor de Oliveira solicitou que Flávio Lino prossiga com a sua apresentação, pois a Comissão já deliberou sobre essa questão, o recurso já foi indeferido, o debate já foi feito, e que juridicamente a Comissão já afastou essa discussão.

Flávio Lino dos Santos da Silva seguiu com sua apresentação, informa que é secretário executivo do Movimento Nacional da População de Rua do Estado do Rio de Janeiro, que o Movimento foi instaurado no Estado no ano de 2005, sob coordenação de Maralice dos Santos nos últimos 20 (vinte) anos, estabelecendo todos as questões pertinentes à população em situação de rua. Destaca que nos últimos anos o movimento empreendeu grandes contribuições na temática da população em situação de rua, tanto na esfera nacional, como na internacional. Menciona que o movimento no ano de 2024 apresentou 2 (dois) dados relevantes sobre a população em situação de rua à nível internacional, tanto no bloco do G20, como no bloco do Brics. Ressalta que esses mesmos dados foram apresentados no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Informou que na antiga gestão do MDHC, na pessoa do então Ministro de Estado, Silvio Almeida, foi entregue a ele um pedido do MNPR/RJ para adoção de um novo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 19 (ODS 19) para população em situação de rua, e a criação de um Grupo de Trabalho para discutir esse novo ODS. Destaca que o estado do Rio de Janeiro é o segundo maior em proporção de pessoas em situação de rua, tornando-se um estado que tem a visibilidade nacional e internacional. Ressaltou que o MNPR/RJ apresentou atividades autogestionadas no âmbito do G20 que foi realizado no Rio de Janeiro, contou com a participação da Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, do Alto Comissariado das Nações Unidas, 2 (duas) juízas do

Tribunal Regional da 2ª Região (TRF2) e 1 (um) Defensor Público que atua na pauta da população em situação de rua. Rechaçou qualquer tipo de inabilitação dentro do edital que é público, e que as coordenações estaduais tem autonomia de atuação.

O Presidente passou a palavra para a última apresentação dos movimentos sociais, senhora Alana Anselmo Carneiro, Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMMR).

Alana Anselmo Carneiro, Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) pede desculpas e informa que teve uma intercorrência com sua apresentação na primeira chamada. Mencionou que é do Estado de Pernambuco e acompanha o MNMMR há algumas décadas, nas diversas pautas envolvendo crianças e adolescentes em situação de rua. Ressalta que estão dispostos novamente para compor o colegiado e fortalecer as discussões.

O Presidente anunciou, na sequência, a apresentação das 15 (quinze) entidades da sociedade civil participantes do processo, ressaltando que serão chamadas todas as candidaturas habilitadas. Informou que cada entidade teria 3 (três) minutos para sua apresentação.

Passou-se a palavra para Wesley Snipes Correa da Mata, Associação Auxilium (AUX), que não respondeu.

Flaviana Ribeiro de Oliveira Jardelino, Associação Beneficente O Pequeno Nazareno informa que representa a Associação O Pequeno Nazareno no estado do Ceará, instituição com 32 (trinta e dois) anos de atuação na luta e defesa de crianças e adolescentes que vivem em situação de rua.

Kedney Graico Araújo da Consolação, Associação Brasileira de Redução de Danos (Aborda) saúda à todas as pessoas, à comissão eleitoral, menciona a titularidade do senhor Osvaldo Martins que acompanha o colegiado no atual biênio 2023-2025 com contribuições relevantes. Destaca que a Aborda tem atuação nas 5 (cinco) regiões do Brasil com trabalho focado nas redução de danos no uso de álcool e outras drogas de populações vulneráveis, principalmente da população em situação de rua. Frisa o trabalho com pesquisas, projetos estratégicos e com atuação direta na ponta com a população em situação de rua. Destaca a importância de serem reconduzidos para levarem a discussão do uso problemático de álcool e outras drogas para o centro do debate.

Maria Irene Gerassi, Associação Grito dos Excluídos Continental ressalta que a Associação tem mais de 25 (vinte e cinco) anos de atuação na defesa dos direitos humanos, da justiça social e ambiental, e da população em situação de rua, e toda e qualquer pessoa em situação de exclusão. Destaca a atuação no Brasil, e em diversos países da América Latina, na construção de pontes entre a moradia e o trabalho digno.

Manoel Torquato Carvalho de Souza, Associação Nacional Criança Não É De Rua informa que a Associação tem trajetória de 20 (vinte) anos de atuação, desde 2005, na defesa de crianças e adolescentes em situação de rua, e que já estiveram no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Elaine Lubarino de Jesus Maia, Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente (Projeto Axé) informa que é assistente social, atualmente coordenadora de arte e educação do Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente, fala que é suplente neste processo eleitoral, e a titular não pode estar presente por questão de saúde. Destaca que o Projeto Axé atua há 35 (trinta e cinco) anos na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, com a trajetória construída na defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, jovens e famílias em situação de rua, e em contexto de vulnerabilidade social.

Carla Ferreira Cardoso, Fórum Nacional da População em Situação de Rua (FNPR) informa que é do Estado do Rio de Janeiro, que o Fórum atua nas 5 (cinco) regiões, em diferentes Estados, e que desde de sua criação têm contribuído ativamente no acompanhamento da Política Nacional para População em Situação de Rua. Destaca que o Fórum está preparado e comprometido para fortalecer este colegiado, na defesa intransigente dos direitos humanos, por políticas estruturantes para população em situação de rua.

Cláudio da Rocha Santos, Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro (FPRUA/RIO), que não respondeu.

Márcia Cristina de Aguiar, Instituto Becei saúda a todos e informa que o Instituto tem sede na capital de São Paulo, com atuação há 12 (doze) anos, especificamente com a população em situação de rua adulta, com geração de renda. Ressalta que possuem parcerias com a Universidade de São Paulo (USP), com a escola de moda, e desenvolvem oficinas com peças pós consumo.

Ana Paula Gomes Rios, Instituto LAR - Levante, Ande e Recomece ressalta que atua no desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas para população em situação de rua, com foco na ressocialização social. Destaca a metodologia estruturada, validada, que permite identificar os diferentes perfis da pessoa em situação de rua, e construir juntos o melhor caminho para saída das ruas.

Leonildo José Monteiro Filho, Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua (INRua) destaca que o Instituto é presidido por uma pessoa com trajetória de rua, com atuação em várias pautas na área de direitos humanos no Brasil, parabeniza a Comissão Eleitoral, e considera este processo eleitoral democrático, de forma ampliada, e que o colegiado está no caminho certo. Frisa que o momento é de misturar as diferentes entidades para fortalecer a pauta da população em situação de rua.

Ivone Maria Perassa, Pastoral Nacional do Povo de Rua inicia sua fala destacando o empenho da Comissão Eleitoral neste período, também reconheceu e acolheu as lideranças mulheres e homens presentes dos movimentos nacionais de luta da população em situação de rua, as organizações, as pessoas convidadas. Citou o nome de Cristina Bove, Luiz Kohara, Regina Manoel, pessoas que há muitos anos vêm fazendo luta em relação a essa causa, e que a partir da atuação dessas várias pessoas que a Pastoral surge da luta, do processo da relação com a população em situação de rua. Reforça que hoje a Pastoral está presente nas 5 (cinco) regiões, em 19 (dezenove) Estados, 52 (cinquenta e dois) Municípios, e atualmente a maior luta da Pastoral tem sido na defesa de direitos, na luta da proposição de políticas públicas de moradia e geração de renda, e ao mesmo tempo na defesa de garantia de outros direitos para que pessoas possa sair da situação em que se encontram. Ressalta que atualmente o índice de violência contra a população em situação de rua é muito alto, e destaca que a Pastoral busca através do CIAMP-Rua Nacional motivar, estimular, ajudar na construção de políticas públicas com proposições, com defesa, e na construção dos Comitês municipais e estaduais, e que a Pastoral tem tido muita participação nos municípios afora, para que dialoguem de forma participativa e intersetorial. Afirma que a disposição da Pastoral neste Comitê é dar força para que direitos sejam garantidos, políticas sejam implementadas, novos Comitês sejam implantados, e reforça que quanto maior a participação, maior a riqueza de conquista de direitos pelo Brasil afora.

Debora Bastos, Pretas Ruas inicia sua fala pedindo licença aos que a antecederam na luta de movimento, destaca que a organização Pretas Ruas começou como um coletivo nas calçadas do Rio de Janeiro, no asfalto, trazendo a promoção da educação antirracista, ressalta que ainda se vive o interminável 14 de maio de 1988, e quando acontecem situações como a Chacina da Favela nos Complexos do Alemão e da Penha, em que todos estavam pensando onde se abrigar, mas e a rua? quem acolhe a rua? as Pretas Ruas se coloca nesse movimento como organização da sociedade civil, focada em justiça social, promoção de saúde mental, cultura antirracista, projeto saúde pretas, Dandara em nós, trabalho com a interseccionalidade e a redução de danos de forma étnico-racial e interseccional. Acredita que estar no CIAMP-Rua Nacional é a garantia de continuar com a promoção de saúde mental, conversando com os serviços e as especificidades trazendo essa força de mulheres negras, com olhar de nós para eles, e eles para nós, ocupando espaços além das ruas.

Sidnéia Bueno Marianno, Projeto Meninos e Meninas de Rua São Bernardo do Campo (SBC) saúda a todas as pessoas e menciona que o projeto atua há 40 (quarenta) anos com crianças e adolescentes em situação de rua, na linha de defesa de direitos e de atendimento, com atenção direta, uma organização social com cara de movimento social, atuam localmente e nacionalmente, e até à nível internacional fazendo advocacy.

Diego Bezerra Alves, Rede Cidadã cumprimenta a todos os presentes, amigos e companheiros que fazem parte da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que atualmente coordena, na pessoa da Presidenta Charlene Borges que no momento integra a esta Comissão Eleitoral, em nome do Anderson Miranda, do Leonildo Monteiro, de Darcy Costa, todos os companheiros de atuação nos movimentos de direitos para que as pessoas possam superar a situação de rua com todos seus direitos humanos como qualquer pessoa. Destaca que o ódio à população em situação de rua tem aumentado, e tem sido o grande tema que têm enfretado no Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Reforça que a Rede Cidadã se coloca como candidata no CIAMP-Rua Nacional para contribuir com a efetivação de políticas públicas para essa população no campo que é a especialidade da organização, campo do trabalho e da renda, garantia de direitos para população vulnerável, em especial para população em situação de rua, ressalta que já apoiaram mais de 3 (três) mil pessoas em situação de rua a conseguirem trabalho e renda, e superar essa situação, em São Paulo principalmente, em Belo Horizonte executam projetos no mesmo sentido como o Projeto "Estamos Juntos", em Salvador, sempre envolvida em projetos que contribuem para que a população de rua possa trabalhar garantir sua renda, poder superar essa situação, e ter acesso à integralidade de seus direitos. Menciona que essa é a proposta que a Rede Cidadã se apresenta para contribuir com o CIAMP-Rua Nacional, renovando os compromissos com os direitos dessa população. Destaca que vão seguir enfrentando com o CNDH com o CIAMP-Rua Nacional, com os movimentos sociais que precisam lembrar à sociedade que essa população tem direitos.

Passou-se a palavra ao senhor Cláudio da Rocha Santos, Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro (FPRUA/RIO), que informou no chat que não conseguia abrir o microfone.

Wesley Snipes Correa da Mata, Associação Auxilium (AUX) inicia sua fala agradecendo toda a Comissão Eleitoral, informa que no momento representa o Rodrigo da Silva Martins, que é seu titular. Apresenta sua Associação, que é nova e trabalha com foco no Estado de Mato Grosso, mas hoje já expandiram para ações no Distrito Federal e também em Goiás, que trabalham de forma estruturada para promoção e proteção da garantia das pessoas em geral, com foco na tortura, e também com a população em situação de rua. Agradeceu o espaço democrático criado pelo CIAMP-Rua Nacional.

O Presidente chamou novamente o senhor Cláudio da Rocha Santos, Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro (FPRUA/RIO), não respondeu.

O Presidente explica que são 6 (seis) assentos para os movimentos sociais, que essa é a quantidade de inscrições habilitadas, e consulta aos movimentos sociais se há consenso na representação dos movimentos e na continuidade da eleição, ou se abre para votação dos movimentos sociais. Os representantes manifestaram-se favoravelmente. Não havendo objeção dos movimentos sociais quanto a ocupação das cadeiras, o Presidente declarou a eleição, por consenso, dos assentos do Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua, do Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua, e do Movimento Nacional da População de Rua.

O Presidente chamou novamente o senhor Cláudio da Rocha Santos, Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro (FPRUA/RIO) para fazer sua manifestação. Cláudio parabeniza a todos os presentes, parabeniza ao Anderson Miranda e a toda equipe da Comissão Eleitoral que organizou esse processo e apresenta brevemente sua organização. Destaca que o Fórum da população adulta em situação de rua do Rio de Janeiro comemora esse ano 25 (vinte e cinco) anos de história, manifesta seu total repúdio à operação policial nos Complexos do Alemão e da Penha que vitimou 121 (cento e vinte uma) pessoas, demonstrando a lógica de como tem sido conduzido a política de segurança, as políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro de forma autoritária e violenta. Ressalta que consideram o CIAMP-Rua Nacional como um espaço de participação representativo, não só das pessoas com trajetória de rua, mas também das entidades que apoiam a luta da população em situação de rua.

O senhor Antônio Cardoso de Sousa Neto, da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) disponibilizou no chat da Plataforma Microsoft Teams o link do caderno de votação, apresentou as instruções para a entrada no sistema e a priorização das entidades, e estas passaram aos

procedimentos de votação.

Cláudio da Rocha Santos do Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro (FPRUA/RIO) informa que não localizou o nome de sua entidade na cédula de votação e pediu suspensão da votação até que fosse averiguado a inclusão do Fórum na cédula de votação. Verificou-se de fato que o nome da entidade Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro (FPRUA/RIO) não estava disponível na cédula, e a Comissão Eleitoral suspendeu a votação para inclusão do Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro (FPRUA/RIO) na cédula eleitoral. Cláudio solicitou ainda a leitura da cédula com os nomes das entidades da sociedade civil, antes de iniciar novamente a votação, que foi prontamente aceita pela Comissão Eleitoral.

Antônio Cardoso de Sousa Neto, da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) retorna para Assembleia após inclusão da organização Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro (FPRUA/RIO) e realizada a leitura da nova cédula de votação, que consta o nome das 15 (quinze) candidaturas habilitadas.

1. Associação Auxilium (AUX); 2. Associação Beneficente O Pequeno Nazareno; 3. Associação Brasileira de Redução de Danos (Aborda); 4. Associação Grito dos Excluídos Continental; 5. Associação Nacional Criança Não É De Rua; 6. Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente (Projeto Axé); 7. Fórum Nacional da População em Situação de Rua (FNPR); 8. Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro (FPRUA/RIO); 9. Instituto Becei; 10. Instituto LAR - Levante, Ande e Recomece; 11. Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua (INRua); 12. Pastoral Nacional do Povo de Rua; 13. Pretas Ruas; 14. Projeto Meninos e Meninas de Rua SBC; e 15. Rede Cidadã.

Antônio Cardoso de Sousa Neto disponibilizou novamente no chat da Plataforma *Microsoft Teams* o link do caderno de votação, apresentou outra vez as instruções para a entrada no sistema e a priorização das entidades, e estas passaram aos procedimentos de votação, autorizadas pelo presidente da Assembleia Nacional, Anderson Miranda.

Elaine Lubarino de Jesus Maia, Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente (Projeto Axé) comunica ao senhor Antônio Cardoso de Sousa Neto que sinalizou seu voto em uma instituição/entidade, informa que já aparece a mensagem de visualizar priorização, porém quando clica nos nomes que votou, não aparece o nome dessa instituição. Antônio Cardoso questiona qual nome da entidade que Elaine não consegue visualizar, e Elaine respondeu Aborda. Sidnéia Bueno Marianno também informa que não consegue visualizar seu nome na seleção da entidade Associação Nacional Criança Não É De Rua, entre os selecionados de sua votação. Antônio Cardoso pede 1 (um) minuto para avaliar as informações repassadas pelos representantes das organizações. Ivone Maria Perassa informa que votou em uma determinada entidade que o nome não aparece no final.

Antônio Cardoso de Sousa Neto pede mais um tempo para analisar inicialmente a situação de Elaine Lubarino de Jesus Maia, do Projeto Axé, se retira da sala virtual, e chama a Elaine em uma chamada virtual para averiguação.

O problema técnico permaneceu, e foi sugerida pelo senhor Cláudio da Rocha Santos do Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro (FPRUA/RIO) o agendamento de uma nova data para realização da Assembleia Nacional, apenas para votação das entidades da sociedade civil. Kedney Graico Araújo da Consolação da Associação Brasileira de Redução de Danos (Aborda) sugeriu o recomeço da votação, e em caso de persistência da falha técnica, pensarem em uma segunda medida.

O Presidente solicita que o senhor Antônio Cardoso de Sousa Neto zere novamente o sistema de votação, e reinicie mais uma vez. Pediu ainda que todos os representantes das candidaturas habilitadas façam logoff na página do sistema para o reiniciarem a votação. Anderson Miranda informa que conversou com a Comissão Eleitoral, que iriam para terceira tentativa, e caso não obtivessem êxito na votação, suspenderiam a Assembleia Nacional para uma nova data, exclusiva para votação das entidades da sociedade civil habilitadas.

Antônio Cardoso de Sousa Neto volta à Assembleia, mostra o sistema de votação sem registros de priorização para que se reinicie a eleição. Anderson Miranda chama os representantes das entidades para que possam acessar novamente o sistema, e realizar a escolha de até 5 (cinco) organizações candidatas.

Elaine Lubarino de Jesus Maia do Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente (Projeto Axé) se pronuncia novamente e informa que o problema na identificação de suas escolhas permanece, só que agora com o Fórum Nacional da População em Situação de Rua (FNPR). Anderson Miranda anuncia a decisão da Comissão Eleitoral em suspender a Assembleia Nacional devido às falhas técnicas e a insegurança na apresentação do resultado, a votação será remarcada. Renan Vinícius Sotto Mayor de Oliveira esclarece que todo o processo até o momento já foi válido, que não será mais necessário a apresentação das organizações, restando agendar uma nova data apenas para votação das entidades da sociedade civil. Destaca que a eleição dos movimentos sociais já foi decidida, que a etapa dos movimentos sociais já foi concluída, e como o problema técnico permanece, o horário destinado para Assembleia já ter sido extrapolado, sem a possibilidade de solucionar o sistema de votação no momento, para garantir a lisura do processo eleitoral, a Comissão Eleitoral divulgará posteriormente por convocação oficial no sítio eletrônico oficial do Ministério do Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) no endereço (<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/editais>), uma reunião exclusivamente para votação, os representantes das candidaturas habilitadas entrarão apenas para votar. Charlene Borges acompanhou a decisão da Comissão Eleitoral, considerou ser o mais prudente e cauteloso no momento, para que façam a correção do sistema com calma. Antônio Cardoso de Sousa Neto menciona que fará uma simulação antes da realização da nova data com a Comissão Eleitoral, e posteriormente remarcariam a Assembleia Nacional. Todos os presentes concordaram.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, que a Comissão Eleitoral publicará uma nova convocação para Assembleia Nacional, no sítio eletrônico oficial do Ministério do Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) no endereço (<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/editais>), exclusivamente para votação das entidades da sociedade civil. Reitera-se que a eleição dos movimentos sociais já foi definida. Comunica-se que o atalho virtual com a Cédula Eleitoral de votação eletrônica, apresentou falha técnica, gerando limitação de recursos, restrições de informações, e a maioria das candidaturas das entidades da sociedade civil habilitadas, não conseguiram registrar o voto com precisão. Portanto, a Comissão Eleitoral suspendeu a votação e decidiu convocar nova data para Assembleia Nacional, exclusiva para votação das entidades da sociedade civil, que será previamente divulgada.

ANDERSON LOPES MIRANDA

Presidente da Comissão Eleitoral



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Lopes Miranda, Coordenador(a)-Geral do CIAMP Rua**, em 13/11/2025, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5240147** e o código CRC **E7145B44**.

Referência: Processo nº 00135.229821/2025-67

SEI nº 5240147

Criado por [rosane.silva](#), versão 128 por [rosane.silva](#) em 13/11/2025 10:48:09.